

A educação através da multiplicidade de olhares: saberes, desafios e reflexões

ISBN: 978-65-88884-18-8

Capítulo 11

Trindade Pedagógica: desencontro entre teoria e prática na gestão administrativa das escolas do campo

Luzia Rufino de Matos Cirqueira^a

^a Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Luís, MA, Brasil, Universidade Federal do Maranhão. Endereço: Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805.

***Autor correspondente:** Luzia Rufino de Matos Cirqueira, Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLetras-Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Rua Sete de Setembro, S/N - Centro de São Roberto-MA, CEP: 65758000. Telefone de contato: E-mail de contato: luzia.matos@discente.ufma.br

Data de submissão: 22-01-2023

Data de aceite: 18-02-2023

Data de publicação: 12-03-2023



10.51189/editoraime/59/125



RESUMO

Introdução: O presente capítulo faz uma reflexão sobre a atuação da Trindade Pedagógica Gestora ou Trio Pedagógico Gestor no contexto histórico da sua gestão administrativa, com ênfase sobre as escolas do campo. **Métodos:** A metodologia seguida pela pesquisa foi a de modelo bibliográfico, a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas, livros especializados e em bases de dados como o google acadêmico, portal.mec.gov.br, bibliotecadigital.fgv.br, periodicos.uem.br, repositorio.ufba.br e repositorio.unesp.br entre outros. **Resultados:** Constatou-se que muitas redes ainda não estão estruturadas para a integração do Trio Pedagógico Gestor, resultando assim, em uma sobrecarga de trabalho nos profissionais em exercício de direção, visto que, as atribuições tanto do Coordenador Pedagógico como do Supervisor de Ensino recaem sobre a pessoa do Diretor Escolar que vive alheio a atuação da Trindade Pedagógica. Essa sobrecarga torna-se ainda maior, principalmente nas escolas do campo, que precisam atender às suas especificidades. **Conclusões:** Concluiu-se que em diversas situações no contexto histórico da gestão administrativa do Trio Pedagógico Gestor, há um desencontro entre teoria e prática nas pessoas dos profissionais que compõem essa Trindade Pedagógica e que esse desencontro se acentua ainda mais nas escolas do campo.

Palavras-chave: Prática; Teoria; Trio Gestor.

1 INTRODUÇÃO

A precedência do presente objeto de pesquisa foi resultante da realização de um pré-projeto elaborado durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH, com pretensão de fazer uma análise da atuação da Trindade Pedagógica Gestora ou Trio Pedagógico Gestor no contexto histórico da sua gestão administrativa, pretensão essa, ampliada, devido às leituras propostas pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, intitulado Educação do Campo, ofertado pela Faculdade Única de Ipatinga - FUNIP, para dar ênfase às escolas do campo.

Ademais, este capítulo faz uma reflexão pautada em uma pesquisa bibliográfica em face à historicidade da chamada “Trindade Pedagógica Gestora” ou “Trio Pedagógico Gestor”, enfatizada por (SANTOS, 2012) e ressaltada por autores como (POLATO; NADAL, 2010), visto que, ambos apresentam os mesmos personagens do “Trio Pedagógico Gestor” e embora utilizando palavras diferentes atribuem-lhes as mesmas funções em relação à atuação dessa equipe destacando o papel de cada um, por muitos desconhecido, desconhecimento este que contribui para um desencontro existente entre teoria e prática dessa Tríade Pedagógica.

Quanto a concepção de escola do campo (CALDART, 2012) ressalta que, essa escola é o resultado de uma luta histórica de uma “classe trabalhadora pela superação do sistema do capital”, evidencia ainda que a comprovação do direito de frequentar o ensino escolar garantindo suas manifestações específicas fazem parte dessa luta de classes no meio rural brasileiro. Apoiado nessa ideia de superação faz-se necessário focar um olhar especial nas escolas camponesas que não contam com a Trindade Pedagógica, ocasionando assim uma grande sobrecarga na pessoa do Diretor Escolar.

Neste entendimento, surgiram as seguintes indagações norteadoras deste trabalho: O que é o Trio Pedagógico Gestor ou Trindade Pedagógica da gestão administrativa escolar? Como surgiu esse Trio Pedagógico? Essa Tríade Pedagógica faz o que realmente deveria fazer? Neste sentido, este trabalho objetiva analisar o desencontro entre teoria e prática da Trindade Pedagógica na gestão administrativa das escolas do campo, identificando o Trio Pedagógico Gestor ou Trindade Pedagógica no intuito de conhecer o surgimento e o campo de atuação do Trio Pedagógico Gestor com o propósito de observar e descrever a teoria e prática do Trio Pedagógico Gestor ou Trindade Pedagógica dando uma atenção singular às escolas do campo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa procedeu-se um criterioso levantamento bibliográfico para a coleta de dados, a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas, livros especializados e em bases de dados como o google acadêmico, Portal MEC Biblioteca digital FGV, Periódicos UEM, Repositório UFBA e Repositório UNESP entre outros.

O levantamento bibliográfico se deu durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH, mais especificamente a partir do ano de 2017 até o presente momento. As buscas iniciais por trabalhos relacionados à pesquisa, foram realizadas nas bases de dados do google acadêmico, algumas das palavras chaves utilizadas durante as pesquisas iniciais foram as seguintes expressões, teoria e prática do Trio Gestor, Trindade Pedagógica e como atua o Trio Gestor, com essa última foram encontrados vários trabalhos, dentre os quais alguns foram considerados importantes, portanto, utilizados nesta pesquisa, como por exemplo, o artigo de *Polato e Nadal* intitulado “Como atua o trio gestor”, publicado em 2010, pela Revista Nova Escola em Gestão Escolar e o artigo de *Santos* com o nome de “O trabalho da trindade pedagógica gestora no contexto educacional escolar da atualidade”, publicado em 2012, pela Revista Imagens da Educação.

Posteriormente, as buscas continuaram nos demais bancos de dados acima supracitados, utilizando-se outras palavras chaves, além das já citadas, como por exemplo, Educação do Campo, atuação do Diretor Escolar da escola do campo, história da gestão escolar entre outras. O período de abrangência dos artigos pesquisados, corresponde a década de 1970 aos dias atuais, a escolha dos artigos utilizados foi feita em língua portuguesa, o critério de inclusão dos artigos selecionados foi realizado através da leitura geral tanto dos títulos como dos resumos e bibliografia, para identificar e reconhecer os condizentes e que realmente interessavam a proposta e objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, o critério de exclusão se estabeleceu mutuamente ao de inclusão, pois, os artigos que não atendiam aos critérios de inclusão, automaticamente foram excluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao apresentar a Trindade Pedagógica, (POLATO; NADAL, 2010) faz menção a uma série de pesquisas realizada principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, voltadas para os atores institucionais que apoiam os Professores no desenvolvimento de uma educação de qualidade, ao passo que esta é uma responsabilidade de grande complexidade para ficar nas mãos apenas do Professor, que por muito tempo, assumiu essa responsabilidade sozinho. Conforme as autoras, a partir da década de 1970, essas pesquisas vêm apontando que além do professor há outros atores atuando e influenciando no desempenho dos alunos. Entre eles, foram destacados os profissionais que compõem a equipe gestora da escola, o Trio Pedagógico Gestor.

O primeiro profissional que (POLATO; NADAL, 2010) destacam é o Diretor Escolar, apresentado como a liderança que tem a incumbência de garantir o funcionamento da escola, ou seja, o responsável legal, judicial e pedagógico da instituição, dentre outras funções, estão a de liderar, gerenciando e articulando o trabalho dos docentes e funcionários em função da aprendizagem de todos os aluno. O segundo, o Coordenador Pedagógico, apresentado como o profissional que tem a atribuição de fazer formação dos professores, o terceiro profissional, o Supervisor de Ensino, apresentado como aquele que se responsabiliza pela

a formação de Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, pela dinamização da locação de políticas públicas, é um representante da Secretaria de Educação que garante o apoio administrativo, pedagógico e técnico às escolas.

Se tratando do surgimento desses atores que compõem o Trio Pedagógico Gestor, percebe-se que ambos além de terem recebido outras nomenclaturas receberam atribuições mais fiscalizadoras do que pedagógicas, como por exemplo, em diálogo com (SILVA, 2011) e (SECO; AMARAL, 2006) entende-se que a pessoa do Diretor Escolar surgiu com o nome de Diretor Geral dos Estudos, fruto dos reflexos da modernização de Portugal que atingiram diretamente as escolas da Companhia de Jesus no Brasil colonial para atender os anseios de Marquês-de-Pombal em servir aos interesses do Estado.

Nesse sentido, (SILVA, 2011, p. 06) descreve que, a origem da direção escolar no Brasil “remonta ao século XVI, no período de colonização brasileira e início da escolarização no país” e (SECO; AMARAL, 2006) afirmam que, a figura do Diretor Geral dos Estudos foi criada com a intenção de fiscalizar a ação dos Professores, bem como a utilização do material didático recomendado no Alvará de 1759, para não haver choque de interesses.

Fazendo uma relação entre as atribuições apresentadas por *Polato* e *Nadal* com o que descreve *Silva* e a afirmação feita por *Seco* e *Amaral* sobre o surgimento da pessoa do Diretor Escolar, percebe-se que a figura do Diretor Escolar surgiu prestando serviços no intuito de atender aos interesses do estado e não aos interesses pedagógicos, que é sua principal função, ocorrendo assim, um desencontro entre a teoria e a prática na função do Diretor Escolar.

Em relação à pessoa do Coordenador Pedagógico (VENAS, 2002) afirma que, o Coordenador Pedagógico tem a sua função arraigada na Supervisão Pedagógica. E que a partir da lei 5.692/71, a instituição escolar passou a ter regulamento na estrutura das atividades docentes e não docentes, dentre essas atividades estava a do Supervisor Pedagógico que atuavam fiscalizando e controlando os Professores, para dar sustentabilidade a uma formação ideológica repressiva e intimidadora sustentada pelo autoritarismo militar e o tecnicismo que influenciava a área pedagógica. O autor ainda destaca que essa atuação levou reflexos negativos para a década seguinte, posto que, a figura desse profissional passou a ser rejeitada pelos professores por conta da memória que tinham da sua atividade.

Para reafirmar que o Coordenador Pedagógico tem sua função arraigada na Supervisão Pedagógica (VENAS, 2002, p.7). descreve que:

Assim, alguns estados começam já em meados dos anos 80, a utilizar o termo Coordenador Pedagógico, que assumiria a função antes desempenhada pelo Supervisor Pedagógico. Apesar de continuar amparada na lei no. 5.692/71, a nomenclatura de Supervisor Pedagógico começa a entrar em desuso, sendo utilizada, em seu lugar, a denominação de Coordenador Pedagógico, situação está que somente será mais claramente definida a partir dos anos 90, com o advento da Lei no. 9394/96.

Além disso, (VENAS, 2002) ressalta que os reflexos vividos na década de 80,

postulou que a Coordenação Pedagógica fosse repensada ao longo dos anos 90. Intui-se que a função da Coordenação Pedagógica mesmo tendo sido repensada ainda não assumiu seu verdadeiro papel com o pedagógico, uma vez que, (POLATO; NADAL, 2010) descrevem esse profissional como aquele que é responsável pela formação dos Professores e (SANTOS, 2012) expõe que, o Coordenador Pedagógico em alguns casos encontra – se com o desvio de função assumindo inúmeras funções burocráticas, enquanto sua principal função a formação dos Professores fica preterida em segundo plano:

“Todavia, o que se observa em alguns casos é que, mesmo sem possuir formação profissional adequada e suficiente para o exercício de atividades burocráticas, o Coordenador Pedagógico acaba assumindo inúmeras funções técnico-administrativas na escola; fazendo com que a formação continuada dos professores fique em segundo plano ou praticamente seja deixada de lado, acarretando assim sérios problemas ao processo ensino aprendizagem. (SANTOS, 2012, p.53).

Comparando o que (POLATO; NADAL, 2010) descreveram sobre o Coordenador Pedagógico com o exposto por (SANTOS, 2012), nota-se com nitidez o desencontro existente entre teoria e a prática na função do Coordenador Pedagógico, uma vez que, a formação dos Professores que é de sua responsabilidade, às vezes, acaba ficando em segundo plano, refletindo assim de forma negativa no desempenho das atividades docentes e nos resultados esperados dos discentes.

Já o Supervisor de Ensino, conforme (LOURENÇO; MOULIN; ARAÚJO, 1973) suas raízes estão ligadas ao surgimento das escolas elementares na Idade Média e era destinada praticamente a cargo do clero no século XIII, visava à garantia dos interesses da classe representativa do domínio econômico, logo, tinha o caráter de vigilância autoritária. As autoras continuam relatando que:

“Entre os séculos XVII e XIX, a supervisão é considerada inspeção, geralmente realizada por leigos. O supervisor é chamado “inspetor” e suas funções eram mais de julgar do que funções executivas (1). Julgava mais o professor do que o ensino ou o rendimento do aluno. Assim, o objeto da inspeção é essencialmente a figura do professor, cuja situação funcional ficava a depender do julgamento que dele fizesse o inspetor. (LOURENÇO, MOULIN E ARAÚJO, 1973, p.24).

Nesse sentido, (ZACCARO, 2006), faz uma retrospectiva história da supervisão escolar no Brasil destacando que no estado de São Paulo os Inspectores foram sucedidos por Supervisores Escolares nos anos 1950, a autora utiliza-se do termo Supervisores Escolares, mas, entende-se que se trata da pessoa do Supervisor de Ensino, posto que, essa pessoa servia de mediador entre a escola e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, justamente a mesma função do Supervisor de Ensino descrita por Polato e Nadal. Evidenciando que os Supervisores Escolares deram continuidade às tarefas da inspeção, pois, o que mudou no sistema foi apenas a denominação desse profissional.

Ainda, conforme (ZACCARO, 2006), um Professor ou Diretor Escolar era afastado do cargo para desenvolver a supervisão e o primeiro concurso de provas e títulos para

Supervisor de Ensino aconteceu em 1981, quando foi criado o cargo de Supervisor de Ensino, no sistema de ensino da rede estadual de São Paulo.

Atualmente, nota-se que a ação da supervisão de ensino, vem valorizando mais os atos pedagógicos do que em seus primórdios, que possuíam um caráter de fiscalização e manutenção da ordem. Agora esses profissionais estão atuando como um apoio às inovações pedagógicas, pois de acordo com (SANTOS, 2012. p. 53):

O supervisor de ensino, terceiro componente do Trio Pedagógico Gestor, é o profissional designado pela secretaria municipal ou estadual de educação para ser seu representante junto às escolas e fazer a interface o Executivo com elas. Esse profissional, geralmente um educador, tem a incumbência de dar apoio técnico, administrativo e pedagógico às instituições de ensino; bem como garantir a formação de gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos, e dinamizar a implantação de políticas públicas de educação.

De acordo com as novas incumbências do Supervisor de Ensino, expostas pelo o autor percebe-se que a supervisão vai se distanciando cada vez mais da concepção estritamente fiscalizadora que marcou seu início histórico em nosso país.

Mesmo o papel do Supervisor de Ensino estando com novas atribuições perante as instituições de ensino, (POLATO; NADAL, 2010) relatam que, frequentemente os Diretores Escolares se queixam dos Supervisores de Ensino, alegando que os Supervisores só aparecem nas escolas para vigiar o funcionamento das atividades e dar ordens, os Supervisores de Ensino também reclamam dos Coordenadores Pedagógicos e às vezes acabam assumindo a função dos Coordenadores Pedagógicos deixando-os na ociosidade à margem de suas atividades. Logo, conforme os relatos das autoras, tudo isso caracteriza nada mais que um desvio de função do Supervisor de Ensino que com determinada ação acaba privilegiando um desencontro entre a teoria e a prática na função do Supervisor de Ensino no contexto histórico da gestão administrativa do Trio Pedagógico Gestor.

Essa sobrecarga torna-se ainda maior, principalmente nas escolas do campo, visto que, durante as leituras de (BANKERSEN E STOCKMANN, 2013; CALDART, 2012; GRACINDO, 2006) e as disponibilizadas pelo o Curso de Especialização em Educação do Campo da Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP, ficou evidente que as especificidades demandadas pelas as escolas campestinas são maiores do que as das demais escolas. Portanto, mesmo na ausência da Trindade Pedagógica essas demandas precisam ser atendidas.

A exemplo dessas especificidades abordadas, (BANKERSEN; STOCKMANN, 2013) destaca que, os gestores do campesinato, devem além de lançar estratégias para garantir o êxito para todos, assegurar as crenças do educando, o respeito pela terra, e a superação do farsante parecer de que o campo é lugar de atraso e acomodação, ou seja, ele tem que atender todas essas peculiaridades entre tantas outras diligências das escolas campestinas.

Nesse meio tempo de desencontro e desconhecimento da Trindade Pedagógica, arremata-se a importância de se propagar a teoria e prática dos componentes desse Trio, à

quem vive alheio a essa realidade, bem como suas funções, destacando além do desencontro existente entre teoria e prática, o acúmulo de atribuições na pessoa do Diretor Escolar na ausência dessa Tríade, principalmente os atuantes nas escolas do campo.

Pois, segundo (POLATO; NADAL, 2010), para dar vida a Trindade Pedagógica precisa-se vencer a distância, as autoras ainda destacam que por falta dessa equipe gestora os docentes de Ibitiara, distanciados de Salvador por 420 quilômetros, até o ano de 2000 desenvolveram seus trabalhos sem o planejamento e acompanhamento pedagógico, pois trabalhavam isolados devido à distância e falta de integração da equipe gestoras, até que houve capacitação e formação para atuação do Trio Pedagógico Gestor.

4 CONCLUSÃO

O Trio Pedagógico Gestor ou Trindade Pedagógica é formado pelo Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Supervisor de Ensino. Esses profissionais têm incumbência de conduzir a escola, enquanto os dois primeiros trabalham localmente, o terceiro é designado para fazer as intermediações entre a escola e a Secretaria de Educação, seja ela, municipal ou estadual.

Analisando o contexto histórico da gestão administrativa do Trio Pedagógico Gestor percebeu-se que o surgimento desses profissionais se deu para atender a um jogo de interesse político e não para garantir uma melhoria na qualidade da educação ofertada. Além disso, observou-se em diversas situações que há um desencontro entre teoria e prática nas pessoas dos profissionais que compõem essa Tríade Pedagógica e que esse desencontro se acentua ainda mais nas escolas do campo.

A pesquisa revelou que o sistema educacional brasileiro no tocante a gestão administrativa das escolas, não está conseguindo atender às suas próprias exigências em relação a atuação do Trio Pedagógico Gestor, posto que, há instituições que não têm estruturas para integração desses profissionais com novas abordagens capazes de trazer inovações para uma realidade superando o desencontro plantado e cultivado de geração em geração.

Em se tratando de instituições que não estão estruturadas para integração desses profissionais destacam-se as escolas do campo, uma vez que, foi constatada uma sobrecarga na pessoa do Diretor Escolar que precisa desenvolver todas as funções que são demandadas essas três pessoas, evidenciando assim um desencontro entre teoria e prática na gestão administrativa das escolas principalmente nas escolas do campo.

REFERÊNCIAS

BANKERSEN, I. H.; STOCKMANN J. I. **O papel do gestor escolar no processo pedagógico e administrativo em escolas do campo**. Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6. **Cadernos PDE**. Paraná 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_gestao_artigo_iranice_helena_bankersen.pdf. Acesso em 17 de Dez. de 2019.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRACINDO, R. V. [et. al.]. **Conselho Escolar e a Educação do Campo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p. : il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 9). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%209.pdf>. Acesso em 07 de Jan. de 2020.

LOURENÇO, L. M. S.; MOULIN, N. M.; ARAÚJO, M. P. Histórico, conceito e importância da supervisão escolar. **Curriculum**, Rio de Janeiro, 12 (4) : 23-33, out./dez. 1973.

POLATO, A.; NADAL, P. Como atua o trio gestor. **Revista Nova Escola em Gestão Escolar**. Edição 6, 01 de Fevereiro de 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/681/como-atua-o-trio-gestor>. Acesso em 13 de Out. de 2017.

SANTOS, M. P. dos. O trabalho da trindade pedagógica gestora no contexto educacional escolar da atualidade: algumas reflexões - doi: 10.4025/imagenseduc.v2i2.15910. **Imagens Da Educação**, 2(2), 49-55, 2012.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. Coleção: **Navegando na História da Educação Brasileira** - 2006. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>. Disponível em: <http://proferlao.pbworks.com/f/introdu%C3%A7%C3%A3o+-+MARQU%C3%8AS+DE+POMBAL+E+A+REFORMA+EDUCACIONAL+BRASILEIRA.pdf>. Acesso em 13 de Nov. de 2019.

SILVA, T. G. **Ações e práticas do Diretor Escolar: da origem às características atuais da profissão no estado de São Paulo**. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0516.pdf> 0516. Acesso em 13 de Nov. de 2019.

VENAS, R. F. **A transformação da Coordenação Pedagógica ao longo das décadas De 1980 E 1990**. In: VI colóquio internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão - SE/Brasil, 20 a 22 de setembro de 2012.

ZACCARO, M. J. S. V. **O supervisor de ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: um agente do processo educacional em ação**. 2006. 117 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara Orientador: Íris Barbieri. Defendida em 2006.